

Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais

Álvaro de Araujo Antunes
Doutor em História pela Unicamp
Professor Substituto da Ufop
alvaroantunesbr@terra.com.br

Marco Antonio Silveira
Doutor em História pela USP
Professor Adjunto da Ufop
peralvilho@ig.com.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar algumas das relações estabelecidas entre a produção historiográfica, as práticas de pesquisa e as instituições museológicas tomando como referência o caso de Minas Gerais na primeira metade do século XX. Para isso, são recuperados aspectos concernentes ao debate historiográfico do período e à criação de instituições como o Arquivo Público Mineiro (1895) e o Museu da Inconfidência (1944). Por fim, são propostas algumas considerações sobre a constituição da memória nos dias de hoje

Palavras-chave

memória; identidade; Minas Gerais; arquivos; museus; historiografia

Abstract

This article aims to analyze some relations among historiographic production, research practices and museological institutions referring, in this case, to Minas Gerais in the first half of the twentieth century. For that reason, some of the aspects concerning historiographic debate in that given period of time and the foundation of institutions such as Arquivo Público Mineiro (1895) and Museu da Inconfidência (1944) are taken in consideration. Finally, some remarks about the present memory constitution have been proposed

Keywords

memory; identity; Minas Gerais; archives; museums; historiography

Os debates metodológicos sobre o tratamento das fontes que embasam a escrita da história têm resultado, nas últimas décadas, não apenas na ampliação do conceito de documento, mas também na percepção de que em suas três dimensões fundamentais – o estilo, o conteúdo e a materialidade – abrem-se a possibilidades de análises amplas e complexas. Tais possibilidades se referem, de um lado, às condições que estruturaram e estruturam a produção, a conservação, a circulação e o consumo dos objetos analisados e, de outro, às ações e regras de sociabilidade que eles engendraram e engendram. Em outras palavras, dado que fontes textuais, iconográficas ou orais são, ao mesmo tempo, informação e suporte, linguagem e coisa, seu tratamento demanda reflexões a respeito tanto dos padrões retóricos e dos horizontes de significado que elas têm mobilizado em diferentes momentos históricos, quanto das ações, das relações sociais e dos circuitos constituídos através delas.¹ Dessa forma, as distinções rigorosas entre fonte histórica e história – como se a primeira fosse o simples produto da última ou vice-versa – perdem sentido na medida em que as contingências da produção documental, bem como os efeitos e as sociabilidades gerados pela apropriação e pela ação das fontes, são constitutivos da história. A própria caracterização de determinados objetos como fonte remetem a um dentre os inúmeros tipos de apropriação e ação que eles abarcam no decorrer do tempo. O presente artigo, partindo desses pressupostos, tem dois objetivos. Em primeiro lugar, apresentar breves comentários sobre as relações entre arquivo, museu e historiografia nas Minas Gerais da primeira metade do século XX, particularmente entre 1895 (ano da criação do Arquivo Público Mineiro) e 1944 (data do início do funcionamento do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto). Depois, tecer algumas considerações sobre tais relações e seus desdobramentos no campo do tratamento dos bens culturais e da conservação e constituição da memória nos dias de hoje.

Apropriação seletiva

A escrita de uma história que fosse capaz de reconstituir elementos de identidade nacional e regional, como se sabe, interessou os historiadores do Império e da República, trazendo constantemente à tona um conjunto de temas relativos às formas pelas quais se deu a formação de Minas Gerais. Em consonância com esses objetivos, constituíram-se, em Minas e no Brasil como um todo, centros de coleta e armazenamento de fontes históricas, bem como periódicos voltados à publicação de documentos inéditos e de investigações históricas. No âmbito nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um importante núcleo de guarda e sistematização documental. Criado em 1838, o IHGB promoveria viagens exploratórias pelo país, pesquisas e coleta de documentos em arquivos estrangeiros, preocupando-se em conhecer não apenas a história, mas também a dimensão e as características do território da jovem nação. Nos projetos que desenvolveu estavam implicados os interesses do Estado Imperial, provedor de até 75% do orçamento da instituição. A historiografia produzida pelo Instituto possuía a marca dessa estreita relação com o Estado e com seu plano de constituição de uma identidade nacional - um plano de unidade forjado no crisol de três raças e que não desconsideraria as peculiaridades regionais articuladas em torno de uma concepção de história nacional.²

Entre as décadas de 1850 e 1940, o engendramento das narrativas historiográficas e o desenvolvimento de arquivos, museus e institutos de pesquisa foram fenômenos tão próximos e articulados que se faz necessário questionar em nossos dias em que medida e de que maneira a escrita da história e as estratégias de seleção e guarda de fontes modificaram-se reciprocamente. Nos primeiros anos da República, a criação do Arquivo Público Mineiro e de sua importante revista esteve intimamente associada à revitalização de uma história particular que, focando o local e o regional, almejava resgatar o peso e o papel de Minas na nascente Federação brasileira. Sua organização inicial coube a José Pedro Xavier da Veiga, político e erudito mineiro que, através do esforço de recuperação de fontes e da elaboração das *Efemérides Mineiras* - trabalho vasto e alentado no qual se destacam as informações sobre o cotidiano da vida administrativa na Capitania e na Província -, procurou reunir o material necessário para a escrita da História de Minas Gerais.

De maneira geral, o surgimento do APM promoveu e acentuou três tendências basilares de organização e hierarquização das temáticas e das fontes disponíveis: o recurso à corografia como meio de reconstituição das histórias locais, indispensáveis para que se concretizasse a abordagem regional; o uso da cronologia como estratégia de conformação dos documentos e da narrativa historiográfica; e a concessão do privilégio a determinados fundos, inserindo-se a correspondência e os diplomas oficiais no centro da reflexão historiográfica.³ A história de Minas publicada por Diogo de Vasconcelos entre 1901 e 1918 aponta, nesse sentido, para o vigor dessas tendências. Ainda que Vasconcelos tenha se proposto a realizar um trabalho de caráter geral, indo além do enfoque das características locais, a ampla utilização dos códices da Seção Colonial e das Câmaras Municipais foi decisivo na orientação historiográfica de sua obra. Do mesmo modo, o arranjo cronológico dos referidos códices contribuíram sensivelmente para a valorização do período de formação das Minas. Quando se toma como referência a quarta edição da *História Antiga* e da *História Média de Minas Gerais*, publicada em 1974, observa-se que seu autor dedicou, aproximadamente, 200 páginas aos anos iniciais dos descobrimentos, 500 ao período 1707-36 e menos de 100 ao período 1750-846.⁴

Certamente a preocupação romântica com o resgate das origens explica, pelo menos em parte, as preferências temáticas e documentais de Diogo de Vasconcelos, embora as perspectivas positivistas e científicas tivessem presença marcante na época. Mas não se pode negligenciar que, se à coleta dos principais fundos de manuscritos do Arquivo Público Mineiro sucedeu o esforço de organizá-los e colocá-los à disposição dos pesquisadores, a Seção Colonial e, através dela, o período de ocupação das Minas, mereceram um cuidado especial que teve continuidade nas décadas seguintes.

Entre 1924 e 1933, sob a direção ou os cuidados de Theophilo Feu de Carvalho, a *Revista do Arquivo Público Mineiro* tratou de publicar índices descritivos dos doze primeiros livros da Seção Colonial e, já nos anos de 1979 e 1980, divulgou a transcrição completa do códice 23, que guarda o registro de alvarás, cartas e ordens régias produzidos durante o governo de D. Lourenço de Almeida

(1722-32).⁵ Em 1937, o mesmo periódico editou parte dos acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica na década de 1710. Além da correspondência trocada pelas principais autoridades da Capitania e do registro de diplomas oficiais, outras séries, no entanto, mereceram atenção especial nas primeiras décadas do século XX em decorrência das opções conceituais dos historiadores de então. O desejo de retratar as linhas do povoamento, de destacar as principais personalidades das diversas vilas e freguesias mineiras e de testemunhar a propriedade privada levaram à publicação constante das cartas de sesmarias coloniais nas páginas da *RAPM*. Somente após algumas décadas elas passaram a ser usadas numa perspectiva mais propriamente sociológica preocupada em recuperar a complexidade da estrutura fundiária, o que coincidiu com a edição, na *Revista*, de um catálogo completo das sesmarias mineiras em 1988. A valorização das circunstâncias e personalidades locais expressou-se também através da realização de inúmeros estudos corográficos e memorialísticos sobre os municípios mineiros. A publicação de várias memórias históricas escritas no fim do período colonial, por sua vez, tinham a vantagem de resgatar visões de conjunto da evolução política e administrativa da Capitania de Minas Gerais, introduzindo e explicando, de um ponto de vista letrado e oficial, os motivos de sua decadência. Outro tema crucial, o da Inconfidência, acarretou a publicação dos *Autos de devassa* pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1936. Assim, em linhas gerais, formação, povoamento, revoltas, institucionalização, corografia, municipalidade, exaltação dos antepassados ilustres, fiscalismo, decadência e Inconfidência se tornaram os eixos da historiografia mineira, escorados essencialmente nos registros epistolares e de concessão de terras, em ordens e cartas régias, na produção memorialística e no processo contra os inconfidentes de 1788-9.

Essa apropriação seletiva das fontes disponíveis sugere que, se as opções metodológicas e temáticas dos historiadores interferem no arranjo e na descrição de fundos, estes também modificam a produção historiográfica e a definição de suas tendências. Como mostra o caso do Arquivo Público Mineiro, a divulgação de séries documentais específicas, de códices inteiros e de inventários analíticos concernentes a este ou aquele fundo em particular tende a instituir ou legitimar modelos e enfoques particulares. Mas a trajetória do APM remete também a formas ainda mais complexas de vinculação, expressas, por exemplo, na biografia de seu primeiro diretor. Xavier da Veiga enfeixou um conjunto de atividades e relações que não podem ser pensadas isoladamente quando se estuda o tema da produção da memória regional em Minas. Ele pertenceu a uma importante família de Campanha, que pretendeu a criação de uma província separada no Sul de Minas. Compôs um grupo de parentes que, como aconteceu regularmente no Império, sabiam conjugar intensamente política e prelo. Sobrinho de Evaristo da Veiga, o conhecido redator do *Aurora Fluminense*, dedicou-se à vida pública, fez-se senador, criou jornais e tornou-se pioneiro da história da imprensa em Minas. Sintomaticamente, Xavier da Veiga divulgou no primeiro número da *RAPM* uma memória municipal sobre Campanha, bem como escreveu e publicou, em 1898, *A imprensa em Minas Gerais: 1807-1897*. Foi também o membro do Partido Conservador que aderiu à República em defesa da estabilidade, fundando, respectivamente em 1878 e 1889, os jornais *A Província de Minas* e *A Ordem*⁸ - dado ainda mais significativo quando se recorda que, durante todo o século XIX, e mesmo depois, os periódicos atuaram fortemente na constituição de grupos políticos mais coesos, na formação de mecanismos de disciplina social e na divulgação e realização de projetos civilizatórios. Nele encontramos, enfim, a articulação de instâncias e circunscrições diversas que envolviam os meios políticos e estatais, a imprensa e o Arquivo Público Mineiro. A trajetória de Xavier da Veiga, por isso, indica como a elaboração de concepções, projetos, memórias e estilos historiográficos era partilhada muito concretamente em circuitos ampliados e transversais de sociabilidade.

Museus

A história da apropriação política da Inconfidência Mineira e da heroicização de Tiradentes consiste num bom exemplo da necessidade de que se reflita sobre a importância de circuitos dessa espécie. Diversos estudiosos têm repisado o uso que no século XIX fizeram os liberais mineiros da figura de Tiradentes com o intuito de legitimar o seu ideário e atacar a imagem de D. Pedro I. Os conflitos simbólicos envolvendo ambas as personalidades polarizaram monarquistas e republicanos

e, mais tarde, republicanos de linhas diferentes, cada um dos grupos encontrando na Inconfidência os ideais com que se identificava. *História da Conjuração Mineira*, a polêmica obra escrita em 1873 por Joaquim Norberto, um monarquista convicto que destacou a transformação de Tiradentes em frade, terminou, como se sabe, criando as condições para que a imagem do herói fosse sacralizada e associada a Cristo. Assim, traços identificados com uma suposta radicalidade, como o caráter popular ou plebeu, tenderam, principalmente depois de 1893, a ser substituídos por outros que exaltavam um perfil cívico-religioso, o que contribuiria para a lapidação de uma pedagogia do cidadão difundida nas escolas, na construção de monumentos comemorativos e em manifestações populares. Seja como for, em 1890 o 21 de abril já era feriado nacional.⁷

Os desdobramentos dessa história se entrelaçam com a criação do Arquivo Público Mineiro, datada de 1895. Como se sugeriu acima, o período republicano em Minas, ao buscar a convergência entre a consolidação do imaginário nacional, a implantação de um projeto civilizatório e a definição da identidade regional, conferiu à memória um papel importante. Xavier da Veiga, na longa efeméride sobre a Inconfidência, valeu-se da obra de Norberto, apropriando dela, no entanto, apenas os epítetos que dignificavam Tiradentes.⁸ Inseriu-se, portanto, na tradição de autores que procuraram reabilitar a figura do alferes. A lei que criou o APM previa, seguindo a forte conotação regionalista das orientações republicanas e o ensejo de consolidar o lugar de Minas na Federação, a criação de um museu e a contratação de um naturalista-viajante. A proposta baseava-se na concepção museológica do século XIX, adotada por importantes museus brasileiros e calcada em orientações etnográficas e enciclopédicas. Algum material dessa natureza chegou a ser coletado e armazenado pelo APM, compondo o acervo do atual Museu Mineiro. A crítica dos pressupostos evolucionistas, contudo, acarretou, na década de 1920, a crise dessa concepção de museu e o surgimento da proposta de modernizar cultivando a tradição. Tendo como referência o projeto do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, tais mudanças resgatavam o caráter propriamente histórico dos museus, conferindo-lhes o papel de instrumento de culto da tradição, exaltação dos aspectos morais e patrióticos do passado e de salvador do patrimônio histórico e artístico.⁹ O governo de Antônio Carlos de Andrada representou essa nova orientação ao assumir propósitos inovadores e pretensões modernizantes. Entre 1926 e 1930, implementou a reforma do ensino de Francisco Campos, inspirada na Escola Nova, apoiou artistas e inaugurou a Pinacoteca do Estado (1928). Tais medidas se prestavam a intentos civilizatórios e pedagógicos, voltando-se à formação dos cidadãos e à construção da nacionalidade.

Pela mesma época, os esforços pela reabilitação de Tiradentes continuavam em voga e apareciam no trabalho de Lúcio José dos Santos, *A Inconfidência Mineira*, editado em 1920. Esses dois movimentos - a mudança nas concepções museológicas e a consolidação da imagem cívico-religiosa de Tiradentes - encontraram-se num projeto comum depois da Revolução de 1930, quando o novo governo, em busca de legitimação, recuperou a suposta proposta industrializante dos inconfidentes e identificou o alferes com a luta contra as oligarquias. O movimento modernista foi de fundamental importância tanto para a consolidação das novas propostas culturais, quanto para a afirmação do resgate do patrimônio histórico. Ainda na década de 1920, as viagens de Mário de Andrade e de outros modernistas a Minas redundaram na tese de que era preciso recuperar a singularidade regional e nacional para se alcançar a universalidade. Nesse contexto, a arte barroca e o passado colonial foram inventados como expressão autêntica da nacionalidade, desdobrando-se no uso da imaginária sacra como símbolo do refinamento e do bom gosto. Os arquitetos modernistas, por sua vez, se colocaram como herdeiros naturais do passado barroco, retomando a tópica da modernização amparada pelo culto da tradição. Essa abordagem romântica e passadista do patrimônio, como se sugeriu acima tornou-se ainda mais vigorosa na década de 1930, principalmente após a imposição do Estado Novo. Entre 1936-8, Gustavo Capanema, um mineiro que servia como ministro da Educação, fez imprimir a primeira edição sistemática dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, fonte preciosa descoberta por Norberto. Exatamente nesse mesmo período foram criados o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido inicialmente por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e o Museu do Ouro, em Sabará. Capanema tinha estreitas ligações com os modernistas e encomendara a Mário de Andrade o projeto de criação do SPHAN.

O Museu da Inconfidência, que como tal passou a funcionar somente em 1944, se tornou possí-

vel em decorrência da conjugação do projeto museológico modernista com a afirmação da imagem sacralizada da Inconfidência, fenômeno que antecedeu e sucedeu sua criação. Se essa sacralização foi, pelo menos em parte, o resultado de disputas intelectuais, sua popularização dependeu muito dos meios de comunicação. Como não podia deixar de ser, Tiradentes e a Inconfidência começaram a ocupar espaço na imprensa ainda no século XIX, e especialmente com o movimento republicano. Na década de 1930 e nas seguintes, os jornais não somente dedicaram-se com certa constância ao tratamento desses temas, como também levaram-nos, através de relatos históricos romanceados, a um público mais amplo que não tinha acesso à historiografia e ao debate erudito. Valeram-se para isso de referências religiosas, de recursos estilísticos típicos dos folhetins, de versões para o público infantil e até mesmo de leituras e dramatizações radiofônicas. Via de regra tais estratégias apareciam associadas a autoridades e a determinados projetos políticos, em especial àqueles que se impuseram durante o Estado Novo.¹⁰ Assim, o Museu da Inconfidência nasceu do resgate das ossadas dos inconfidentes degredados e do levantamento de um panteão que pudesse abrigá-las. A coleta de peças e de documentos relativos à sociedade mineira setecentista, base da criação do espaço museológico da Casa de Câmara e Cadeia e do arquivo histórico hoje sediado na Casa do Pilar, deveria sanar o problema da escassez de testemunhos sobre a Conspiração de Vila Rica. O objetivo do SPHAN consistia em promover a identificação [...] das circunstâncias sociais que teriam tornado possível o evento histórico.¹¹

Esse tipo de relação entre o primeiro plano da temática sacralizada do Museu, representado pelas ossadas e pelo panteão, e o pano de fundo que destacaria seu sentido redundou numa exposição orientada fundamentalmente por critérios estéticos e organizada segundo a apreciação do decorador suíço Georges Simoni. O pressuposto de que os objetos e os ambientes expostos constituíam essências que falavam por si mesmas perpassava todo o trajeto da exposição, que, terminando no panteão, conferia aos objetos ligados aos personagens da Inconfidência (como o relógio de Tiradentes) o estatuto de relicário. Ademais, ainda que se levem em conta os limites técnicos e funcionais enfrentados pelos administradores do Museu da época, a identificação do material como pano de fundo - termo ratificado por seu diretor já na década de 1980 para indicar a necessidade de reformas na exposição - certamente contribuiu para que parte expressiva dos objetos de suas coleções iniciais, doadas pelo Bispo de Mariana ou compradas junto ao Instituto Histórico de Ouro Preto, não tivessem registradas suas proveniências.¹² Da mesma forma, permaneceram artificiais os vínculos que ligavam o espaço museológico e o arquivo histórico.

O impacto da sacralização dos vestígios materiais do passado veiculada pelo ideário de defesa do patrimônio apareceu também nas páginas introdutórias que o novo diretor do Arquivo Público Mineiro escreveu quando do relançamento da *Revista* em 1937. Ao agradecer sua nomeação ao governador Benedito Valadares e exortar que o periódico voltasse a ser publicado regularmente - pois desde 1913 havia sido editado apenas em cinco anos esparsos -, Arduino Bolívar definiu o APM como [...] a arca santa, o relicário imenso onde se guardam os livros do Antigo Testamento da História de Minas.¹³ Lembrou o descompasso entre a precariedade do prédio em que se achava instalado e a enorme importância da instituição, conservadora de um passado histórico

[...] tão magistralmente evocado nas páginas, infelizmente pouco frequentadas, dos historiográficos, cronistas, novelistas e poetas, na tela dos nossos pintores, no mármore e no bronze dos nossos escultores, nacionais e alienígenas, todos atraídos e inspirados pela grandeza e beleza da nossa paisagem e da arquitetura dos nossos monumentos de arte religiosa e profana, espalhados pelas nossas cidades históricas, Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Congonhas, Sabará, São João Del-Rei, Tiradentes, Caeté e outras, - Ouro Preto, sobretudo, a alma parens da nossa civilização, tão bela e justamente cognominada por Diogo de Vasconcelos: a cidade-fortaleza, a cidade-escola, a cidade-templo ...¹⁴

E estimou, por fim, que o governador, em mensagem enviada à Assembléia Legislativa, tivesse aludido à criação de um Museu do Estado onde fossem recolhidos e guardados [...] tantos artefatos esparsos em várias localidades de Minas [...], preservando [...] do assalto e da destruição o patrimônio restante e já grandemente desfalcado.¹⁵ Assim, no final da década de 1930 e durante a de 1940, os

circuitos da memória que envolviam os meios políticos e estatais, a imprensa e o APM passaram a incorporar instâncias e instituições novas e representativas do novo ideal da mineiridade. Se os museus expunham ao público a importância da Inconfidência e de seu pano de fundo para a emergência da nação, os espaços artísticos que se constituíam, com suas galerias e exposições, destacavam a autenticidade do barroco. O desenvolvimento dos novos valores levou, enfim, à elevação de cidades inteiras à categoria de teatro da memória, multiplicando os órgãos e os responsáveis pela sua preservação e aprofundando determinadas concepções historiográficas, acadêmicas ou não.

Com o tempo, os projetos museológicos - como o Museu Aberto, desenvolvido em Ouro Preto - começaram a apresentar-se mais afinados, conscientemente ou não, com o princípio de democratização da memória e do saber. As propostas mais recentes centradas na ideia de um museu do futuro têm procurado conjugar a preocupação em preservar e exibir obras e objetos com a valorização da investigação e da comunicação. Mais do que constituírem depósitos da sacralidade e do mistério, caberia aos museus informar de maneira mais vasta possível, tendo como limites os critérios de conservação e preservação. Nesse sentido, como afirma Jorge Glusberg, o papel desempenhado pelos meios de comunicação serviria à difusão dos acervos dos museus e à criação de expectativas de acesso direto às obras, sem a interferência de intermediários anódinos como os livros e a televisão.¹⁶ Pode-se questionar em que medida a reprodução dessas obras pela imprensa recobriria os originais com uma nova aura de sacralidade midiática, mas parece inegável a contribuição dos meios de comunicação na constituição de identidades em diversos níveis, fomentadas pelo acesso extenso e premente aos materiais memoráveis.¹⁷

Arranjo, descrição e acesso

Segundo Le Goff, as instituições responsáveis pela manutenção e organização da matéria memorável têm no foco de suas preocupações as articulações entre o tempo, o espaço e o homem.¹⁸ Em uma perspectiva mais ampla, pode-se compreender as próprias instituições como instâncias da memória, isto é, como responsáveis por gestos fundadores que resultam da combinação da ação de um grupo (os eruditos, homens de toga, funcionários etc.), com lugares (cartórios, escolas etc.), práticas e técnicas variáveis no tempo (a cópia manuscrita, a imprensa, a digitalização, a classificação etc.). Dessa forma, visto que os próprios arquivos, bibliotecas e museus podem ser entendidos como objetos históricos, o espaço, o pessoal e a papelada produzida por essas instituições adquirem nova valorização. Como considerou Marc Bloch,

[...] os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas. A sua presença ou a sua ausência em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que de maneira alguma escapam à análise, e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios técnicos, respeitam, eles mesmos, ao mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que passagem da memória das coisas através de gerações.¹⁹

Se, por um lado, [...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira [...], essa própria sistemática de organização, por outro, tem uma relevância para a história.²⁰ Tal processo heurístico, que precede o exercício metódico de transformar objetos, resíduos e papéis em um ambiente cultural, tem uma dimensão temporal relevante para a passagem da memória através de gerações e para a própria compreensão de mecanismos da operação histórica.

Ainda que as instituições de ensino tendam a destacar a importância de trabalhos acadêmicos e da interpretação de textos, relegando a técnica e a pesquisa das fontes a um plano secundário e auxiliar, não há como negar que a história é, essencialmente, uma prática, uma operação investigativa, como afirma Michel de Certeau. Uma operação que tem variações no espaço e no tempo e que, em função das novas necessidades e questões que são colocadas, promove novas leituras de fontes já

conhecidas e novas demandas por arquivos e séries documentais até então intocados. Isso fica evidente quando consideradas as mudanças na disciplina e na ciência histórica das últimas décadas, que têm exigido a ampliação dos acervos e dos tipos de fontes a serem trabalhados. No Arquivo Público Mineiro, por exemplo, outras séries documentais, para além dos códices encontrados na Seção Colonial e nos fundos das Câmaras Municipais, adquiriram especial e renovada relevância. Esse é o caso de todo um conjunto de documentos variados e complexos reunidos sob a genérica denominação de avulsos ou daqueles que compõem a Coleção Casa dos Contos. Da mesma forma, diversos arquivos locais, responsáveis geralmente pela guarda de registros cartorários atinentes a regiões específicas, vêm se tornando cada vez mais importantes e presentes nas pesquisas empreendidas pelos historiadores.

Além do aumento do número de cursos de pós-graduação e da profissionalização do historiador, a procura por séries documentais e arquivos até então pouco explorados relaciona-se também com as mudanças historiográficas consolidadas na segunda metade do século XX. Sabe-se amplamente que a proliferação de temas e objetos correspondeu à diversificação das fontes consultadas. A noção de fonte passou a abranger todos os vestígios das ações do homem no tempo, alargando as fronteiras dos documentos para além dos escritos. Ao mesmo tempo, novos procedimentos eruditos desenvolveram-se através da superação dos limites fixados pelas tradicionais críticas às falsificações e do resgate das condições, dos interesses e das relações de força na produção dos documentos.²¹

Uma transformação conceitual e metodológica em particular contribuiu sobremaneira para a fragmentação das fronteiras que tradicionalmente separavam as funções desempenhadas pelos diversos tipos de profissionais dedicados ao conhecimento do passado: o alargamento da noção de poder. Em linhas bastante gerais, enquanto o problema do poder permaneceu circunscrito à esfera das instituições do Estado, determinados conjuntos de papéis e objetos tenderam a ser subutilizados pelos historiadores, servindo muitas vezes a saberes laudatórios e vagamente enciclopédicos. Por sua vez, a identificação do poder com o problema da produção social da disciplina, resultado em parte do diálogo mantido pela historiografia com outras áreas do conhecimento, alterou tanto as bases do saber histórico como as das instituições arquivísticas.

Hoje, uma história do poder local não abrange apenas a reconstituição da lógica formal das instituições políticas, mas também a dinâmica microfísica dos dispositivos cotidianos e relacionais de controle social e as formas de agir sobre o sujeito atuante. Nesse sentido, conjuntos de objetos e ambientes inteiros tornaram-se alvo do interesse dos pesquisadores, fenômeno que colocou em xeque a distinção entre arquivo e museu. Em outras palavras, o expressivo alargamento do conceito de fonte histórica exigiu que os mesmos questionamentos metodológicos propostos aos arquivistas fossem também apresentados aos profissionais que tratam dos acervos museológicos.²² Assim, se o arranjo e a descrição de papéis antigos demandam a investigação das instituições e relações sociais que os produziram, é indispensável que questões correlatas sobre a proveniência de objetos e ambientes sejam ruminadas por historiadores e museólogos. O museu como mera reunião de objetos isolados e descontextualizados, aparentemente portadores de essências singulares, dificulta o trabalho do historiador e reproduz visões que empobrecem o entendimento da dinâmica histórica.

Por outro lado, o relevo alcançado por séries documentais e arquivos até então pouco explorados tornou premente o debate sobre as condições de acesso às fontes. Os historiadores devem muito à dedicação e à seriedade de institutos e profissionais responsáveis pela guarda de documentos históricos. Contudo, boa parte das instituições arquivísticas, como ocorre em outros âmbitos da burocracia pública e privada, padece de limitações frustrantes. Muitas vezes, séries inteiras permanecem inalcançáveis em decorrência de interdições cujos critérios nem sempre são claros ou justificáveis. A ausência de instrumentos básicos acarreta o retardamento das pesquisas ou o abandono de fontes riquíssimas. Por outro lado, a pouca profissionalização de certos arquivos deixa o historiador à mercê de funcionários ou responsáveis que controlam os acervos segundo critérios que vão desde o mais primário ciúme até a restrições propriamente ideológicas. Em alguns casos, além da falta de funcionários ou da privatização dos fundos pelos responsáveis, parece imperar uma regra implícita que pode ser descrita parafaseando-se o famoso dito: às autoridades historiográficas, tudo; ao pesquisador desconhecido, a lei ou, o que é pior, algo que fica aquém da lei, dado que regras mínimas de funcionamento não são respeitadas.

Além dos cuidados e melhoramentos intrínsecos às instituições arquivísticas, o encaminhamento de parte desses problemas tem resultado da conjugação dos esforços empreendidos tanto pelos funcionários quanto pelos pesquisadores. Com a ampliação do número de fontes e arquivos disponíveis, o importante trabalho efetuado por investigadores como Feu de Carvalho nas décadas de 1920 e 1930 passou a ser partilhado com professores universitários que, contando com o auxílio dos órgãos de financiamento, têm se preocupado em desenvolver meios de descrição enquanto exploram determinados fundos. A anexação de instrumentos de pesquisa mais ou menos simples no final de teses acadêmicas tem sido mesmo superada pela elaboração de projetos específicos que almejam descrever de modo complexo os elementos constitutivos de cada uma das peças de uma determinada série documental. Em algumas ocasiões, os historiadores participam do próprio arranjo da massa de documentos de um determinado arquivo visto o estado precário e incipiente em que se encontra. Esse envolvimento cada vez maior dos pesquisadores na organização das fontes primárias demanda um conhecimento fundamental sobre a estrutura de arquivos permanentes, pois a solução de problemas cotidianos concernentes à disposição das instituições arquivísticas depende, como se disse acima, de uma outra questão essencial: se o princípio crucial do arranjo de fundos e séries documentais consiste na proveniência, é necessário conhecer mais profundamente a estrutura e o funcionamento das instituições que os produziram.

Caso sejam tomados como exemplo o poder local e os arquivos cartorários, percebe-se que ainda há muito o que fazer. Hoje se conhece algo sobre a estrutura e as funções camarárias e sobre o significado jurídico de alguns tipos de autos judiciais, como devassas, libelos, testamentos, inventários, créditos etc.²³ Entretanto, existem ainda lacunas decisivas em relação tanto à complexidade funcional das próprias câmaras, quanto a níveis tais como o Juizado de Órfãos, instância responsável pela administração de parte dos bens testados, constantemente envolvida em contendas com a Provedoria dos Defuntos e Ausentes. O mesmo vale no que se refere aos escritórios e tabeliães, cujas funções no andamento e no conhecimento dos processos eram mais que essenciais. Quem eram eles do ponto de vista social e político? Quais suas funções exatamente? Como funcionava a arrematação desses ofícios em Minas? Se havia ofícios comprados ou vitalícios, quais eram eles e como sua privatização interferia na ação da justiça? Tomando um outro exemplo dentre inúmeros possíveis: como eram feitas as execuções? Questões dessa natureza sugerem que a distinção entre o papel do arquivista e do historiador vem se tornando mais e mais imprecisa na medida em que, por necessidades práticas ou por desdobramentos metodológicos, os objetivos de ambos se aproximam e se confundem. Um arquivista que desconhece o debate historiográfico em suas linhas gerais corre o risco de produzir formas de arranjo e descrição ingênuas e de ampliar os limites do lixo histórico, privando o historiador de materiais importantes. Mencione-se, por isso, a necessidade de que se acentuem os vínculos entre tais profissionais e os cursos de pós-graduação em História, o que depende não somente do empenho individual de arquivistas dedicados, mas também da adoção de políticas de incentivo por parte das próprias instituições responsáveis pela guarda de acervos. Por outro lado, cabe aos departamentos de História das universidades incentivarem desde a graduação o estudo dos princípios que norteiam a organização de séries documentais e de arquivos permanentes. Observações essas que cabem também às relações mantidas entre professores universitários e funcionários de museus.

Para além da troca de informações entre profissionais das diversas áreas mencionadas, a informática tem contribuído sensivelmente para o avanço das técnicas de descrição. Inventários analíticos estão sendo confeccionados e disponibilizados em terminais de computadores, permitindo não apenas um acesso mais ágil e amplo às informações, como também a formação de bancos de dados primários e o cruzamento de informações que podem assumir, quase instantaneamente, a forma de estatísticas e quadros demonstrativos. Recursos informáticos como o da digitalização começam a ser propostos às instituições que têm uma longa história de restrições, viabilizando um melhor acesso às fontes históricas. A virtualização da memória, contudo, tem uma história que precede o desenvolvimento dos instrumentos de informática e que remonta à escrita alfabética e até mesmo aos ideogramas, tecnologias intelectuais que conformam ou exteriorizam a atividade mental.²⁴ A imprensa, por exemplo, pode ser entendida como um procedimento que separa o sujeito do seu saber, ampliando a sua durabilidade e o seu alcance espacial. O hipertexto, no entanto, ampliaria ainda mais o

raio de transmissão de informação, trazendo ao leitor/autor, por vezes, a possibilidade de modificá-la e de editá-la. Se a imprensa, a fotografia e outras inovações tecnológicas consistiram em uma verdadeira revolução no âmbito da memória ocidental, como sugere Le Goff, a maleabilidade e o alcance do hipertexto trazem novas questões para a formação das identidades, como bem exemplifica o caso das comunidades virtuais. A materialidade do papel escrito e as territorialidades nacionais contrastam com uma dimensão virtual do mundo digital, sem lugar próprio.

A constituição de uma memória nacional, regional ou local, intimamente associada à formação dos museus e arquivos, se depara com novos desafios advindos das formas mais recentes de transmissão do conhecimento. No campo mais imediato da pesquisa e de diálogo entre a história, a museologia e a arquivologia, há de se questionar em que medida a reprodução ou a transposição das informações contidas nas fontes primárias para um outro suporte alterariam ou mesmo limitariam a apropriação do documento no seu sentido mais amplo, compreendendo aspectos estéticos e formais, como foi esboçado nas primeiras linhas desse artigo. Nesse sentido, o processo de digitalização de fontes deve ser entendido como reprodução e até mesmo criação de um novo documento e não como sinônimos de substituição ou inacessibilidade aos originais. Em meio às demandas prementes pela formação de identidades e às angústias e febres modernas, é imperativo zelar pelo acesso às fontes e pela democratização da memória social.

Notas

¹ Para um balanço geral do problema, cf. Ulpiano Bezerra de Meneses. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 11-36. O autor, referindo-se às fontes iconográficas, menciona, por exemplo, a possibilidade de se compreender a arte [...] como *agency*, em sua capacidade de provocar efeitos, produzir e sustentar formas de sociabilidade, tornar empíricas as propostas de atuação e organização do poder, etc (p. 15). Nesse sentido, o enfoque analítico desloca-se da análise retórico-conteudista do material iconográfico para a reconstituição e o estudo da iconosfera.

² Sobre o assunto cf., entre outros, Manoel Luis Salgado Guimarães. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

³ Sobre a importância da corografia e da cronologia no pensamento de Xavier da Veiga e na organização do APM, cf. Bruno Franco Medeiros & Valdeci Lopes de Araújo. A história de Minas como história do Brasil: a fundação do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 43, no prelo.

⁴ Diogo de Vasconcelos. *História Antiga de Minas Gerais*, 4ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, 2v.; *História Média de Minas Gerais*, 4ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

⁵ Mencione-se o fato de Feu de Carvalho, que esteve à frente do APM de outubro de 1920 a setembro de 1922, de outubro de 1926 a janeiro de 1927 e de maio de 1933 a abril de 1936, ter publicado um importante estudo sobre a Revolta de 1720 em Vila Rica. Cf. T. Feu de Carvalho. *Ementário da história mineira. Filipe dos Santos Freire na sedição de Vila Rica em 1720*, Belo Horizonte: Edições Históricas, s.d. Sobre a abordagem de Feu de Carvalho no referido trabalho, cf. Laura de Mello e Souza.

Teoria e prática do governo colonial: Dom Pedro de Almeida, conde de Assumar, in *O sol e a sombra*, São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 185-252.

⁶ Cf., sobre a biografia de Xavier da Veiga, a introdução de Edilane Almeida Carneiro e Marta Melgaço Neves às *Efemérides Mineiras (1664-1897)*, 3ª ed., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997, 2 v.

⁷ Cf. José Murilo de Carvalho. Tiradentes: um herói para a República, in *A formação das almas*, São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 55-73; e João Pinto Furtado. Monumentos, in *O manto de Penélope*, São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 31-75.

⁸ João Pinto Furtado. *Op. cit.*, p. 256.

⁹ Cf. Leticia Julião. Colecionismo Mineiro, in *Colecionismo Mineiro*, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2002, p. 19-79.

¹⁰ Cf. Thaís Nívea Fonseca. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-60), *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 44, v. 22, 2002, p. 439-62.

¹¹ Como atestou recentemente o atual diretor do Museu da Inconfidência, ainda hoje sobremaneira imbuído das concepções que costuraram Inconfidência e mineiridade. Cf. Rui Mourão. O Museu da Inconfidência, in *O Museu da Inconfidência*, São Paulo: Banco Safra, 1995, p. 6.

¹² R. Mourão. Dois enfoques sobre a documentação do período colonial em Minas Gerais, *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, nº VIII, 1990, p. 195-202.

¹³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXV, v. 1, p. II.

¹⁴ *Idem*, p. XIV.

¹⁵ *Idem*, p. XIX.

¹⁶ Cf. Jorge Glusberg. *Museus no Futuro*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997. p. 3-4 e 13.

¹⁷ Como afirma Jacques Le Goff, [...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. *História e Memória*. 2.ed. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p.476.

¹⁸ *Idem*, p.433.

¹⁹ Marc Bloch. *Uma Introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.66.

²⁰ Michel de Certeau. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 79.

²¹ FONTAINE, Laurence. *A atividade notorial*. (mimeo) Tradução inédita de Beatriz Ricardina Magalhães do texto: L'activité notoriale. *Annales*, Paris, Mars/Avril, 1993.

²² Cf. António Manuel Hespanha. Organização arquivística e história do poder, *Vértice*, Lisboa, 2ª série, n. 4, 1988, p. 11-2.

²³ A título de exemplo, mencionem-se três trabalhos: Graça Salgado (coord.). *Fiscais e meirinhos*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; Heloísa Bellotto. *Glossário de tipologia documental luso-brasileira (séculos XVI a XIX)*. Documentos da Capitania de São Paulo no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 1998, mimeo. Renato Pinto Venâncio. Estrutura do Senado da Câmara. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 139-41.

²⁴ Cf. Pierre Levy. *O que é o Virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.